

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E
CONTÁBEIS – ICEAC
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

RAQUEL ALVES PÉREZ

**A ECONOMIA ARGENTINA NO FINAL DO SÉCULO XX:
CRISE, AUSTRAL E PLANO DE CONVERSIBILIDADE**

**Rio Grande
2015**

Raquel Alves Pérez

**A ECONOMIA ARGENTINA NO FINAL DO SÉCULO XX:
CRISE, AUTRAL E PLANO DE CONVERSIBILIDADE**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel, pelo Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande - FURG.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Piva da Silva

Rio Grande
2015

Raquel Alves Pérez

**A ECONOMIA ARGENTINA NO FINAL DO SÉCULO XX:
CRISE, AUTRAL E PLANO DE CONVERSIBILIDADE**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel, pelo Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande - FURG.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Rogério Piva da Silva- Orientador

Prof^a Ma. Paola Liziane Silva Braga - Membro

Prof^a Ma. Carla Terezinha do Amaral Rodrigues - Membro

AGRADECIMENTOS

Não existem palavras para descrever o quanto sou grata por ser sido orientada na elaboração deste trabalho pelo professor Doutor Rogério Piva da Silva, sem o seu auxílio e paciência não teria superado as dificuldades enfrentadas durante este trabalho de conclusão de curso. Muitíssimo obrigada!

Sou extremamente grata à turma de ciências econômicas do segundo semestre de 2010. Onde muitos ficaram pelo caminho, mas o nosso elo e contato é contínuo, mesmo que através de redes sociais sempre me sinto motivadas por vocês. Em especial agradeço às colegas Gabriela e Kelen que se tornaram parte da família que escolhi.

Não posso deixar de ressaltar que sou muito grata aos meus amigos que sempre me deram o suporte que diversas vezes me faltou. Incentivam-me a ter coragem de concluir este trabalho, é necessário ressaltar entre eles Luzia, Mariana, Luís Eduardo, Fran. Sem palavras pelo apoio neste período que foi tão conturbado de minha vida.

Agradeço a todos os professores que me passaram o seu conhecimento através deste período de vida acadêmica, sinto que ainda tenho muito que aprender, mas os incentivos de vocês mostraram-me o quanto é encantadora a ciência econômica.

Aos meus pais pelo apoio financeiro, também sem eles eu não existiria.

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade analisar a história econômica da Argentina no final do século XX, após o regime militar, através de uma síntese do modelo econômico argentino com foco nos Planos Austral e de Conversibilidade. Para tanto, utilizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória, histórica, explicativa e bibliográfica. Os estudos acentuam um caráter nitidamente anti-inflacionário do Plano Austral, que se assentava basicamente no congelamento dos preços, salários e câmbio, enquanto que o Plano de Convertibilidade atrelava a moeda local ao dólar americano. Contudo, os dois planos econômicos não conseguiram resolver os graves problemas da economia Argentina no longo prazo, embora o segundo tenha tido uma sobre vida mais longa, entretanto, a custo de um endividamento profundo. Durante uma década de existência o Plano de Conversibilidade passou por diversas fases e causou uma série de efeitos para economia Argentina, com consequências que foram sentidas inclusive nos primeiros anos do século XXI.

Palavras-chave: Crise; Austral; Conversibilidade; Argentina;

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução das Reservas Internacionais Argentinas 1976-1990.....	32
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Taxa de Inflação Anual 1980-1990	33
Tabela 2 Dívida Externa Argentina de 1980-1990	34
Tabela 3 Taxa de Desemprego de 1980- 1990	35
Tabela 4 Entrada Líquida de Capitais com as Privatizações de 1990-1999	36
Tabela 5 Taxa de Desemprego na Argentina de 1991-2001	37
Tabela 6 Taxa anual de Inflação de 1991-2001	38
Tabela 7 Dívida Externa de 1991-2001	39
Tabela 8 Indicador de Pobreza de 1990-2000	40

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	3
RESUMO.....	4
LISTA DE GRÁFICOS	5
LISTA DE TABELAS.....	6
1 INTRODUÇÃO	8
2 ARGENTINA: HISTÓRIA E TRAJETÓRIA ECONÔMICA	11
3 PLANO AUSTRAL	21
3.1 Antecedentes.....	21
3.2 Efetivação do Programa.....	22
4 PLANO DE CONVERSIBILIDADE.....	25
4.1 Antecedentes.....	25
4.2 Efetivação do Programa.....	26
4.3 O Cenário Econômico Mundial.....	28
4.4 O Transtorno da Conversibilidade.....	29
5 CONSEQUÊNCIAS DOS PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO	32
5.1 Austral	32
5.2 Conversibilidade	36
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

Com o final da segunda guerra mundial as características econômicas internacionais passaram por profundas transformações. A crise do sistema bipolar, a eleição de Margareth Thatcher na Grã-Bretanha e Ronald Reagan nos Estados Unidos mudaram o cenário político global. Tais mudanças foram necessárias para o capitalismo, pois este sofria ações governamentais para o desenvolvimento. Contemporaneamente, “a América Latina passava por um período de crise caracterizado por inflação descontrolada, dívida externa em patamares elevados, o que gerou a moratória nos pagamentos” (NEUTZLING, 2008, p. 6).

A Argentina, governada então por um regime militar, vivia uma grande instabilidade econômica. Ao final daquele, ocorre “o processo de internacionalização da economia (o que não significa necessariamente crescimento), tendo como fatores dinâmicos o setor agroexportador e os grandes grupos indústrias e financeiros nacionais e estrangeiros” (AYERBE, 1991, p. 150). Em 1982, o país iniciou um conflito contra a Grã-Bretanha pela soberania das ilhas Falkland (ou ilhas Malvinas), conhecido como “guerra das Malvinas”. No mesmo ano, a Inglaterra retomou o controle do arquipélago. Após o confronto, houve o fim do regime militar com implementação das eleições democráticas e Raúl Alfonsín tornando-se presidente.

Em 1985, a Argentina enfrentou muitos problemas, entre os quais destacou a alta no nível geral de preços, o desequilíbrio do mercado financeiro e a elevada taxa de juros. Conforme Ayerbe (1991, p. 161), “frente a crise que se desata no primeiro semestre de 1985, o governo parece sem iniciativa: a inflação alcança um promédio de 30% no segundo trimestre”. Diante esses fatos, em 14 de julho de 1985, se estabelece a nova unidade monetária argentina: o Austral, a partir de um plano que prometia uma reforma econômica no país. Os pilares básicos que dão sustento ao programa podem ser resumidos em: “a) congelamento de preços, salários, câmbio e tarifas públicas; b) ajustes das contas fiscais e renegociação dos compromissos da dívida externa; e c) reforma monetária” (FRENKEL; FANELLI, 1987, p. 18).

Para Amadeo (2005, p. 70),

o Plano Austral foi fundamentalmente um plano anti-inflacionário. Esse programa de estabilização foi pensado em articulação com um programa de longo prazo, isto é as propostas de estabilização foram elaboradas tendo em mente um programa de desenvolvimento.

Porém, “dois anos depois, era claro que resultava ineficaz para controlar uma nova e sustentada escalada de preços” (FABRIS, 2014, p. 6). Com a inflação retornando ao cenário econômico argentino, Alfonsín renúncia à presidência em 1989, após seu fracasso que prejudicou em suma a renda da classe trabalhadora.

Carlos Menem assumiu a presidência do governo argentino em meio a uma enorme desvalorização monetária. Não sendo possível manter o mínimo de ordem e em meio ao caos, Menem delega o cargo de ministro da economia a Domingo Cavallo, que cria o Plano de Conversibilidade. Este Plano atrela a moeda local ao dólar americano, correspondendo a dez mil austrais por um dólar. Então, o dólar passou a ser usado conjuntamente com o austral. Inicialmente o Plano de Conversibilidade teve um efeito satisfatório, diminuindo a inflação, aquecendo a economia e servindo como exemplo para outros países da América Latina.

No auge do modelo (1992-1998), a economia argentina crescia cerca de 6%, acumulando déficit em transações correntes de 60 bilhões de dólares, compensados com uma entrada líquida de capitais de 100 bilhões de dólares. Somente em investimento estrangeiro direto (IED), a entrada era de 60 bilhões de dólares, valores associados às privatizações de empresas das áreas de energia e telecomunicações. (SANTOS, 2009, p. 75).

Durante uma década de existência, o Plano de Conversibilidade passou por diversas fases e causou uma série de efeitos para economia Argentina, com consequências que foram sentidas inclusive nos primeiros anos do século XXI. Neste cenário, pretende-se dissertar sobre a economia argentina do final do século XX. Quantos aos objetivos, analisar a história econômica da Argentina no final do século XX, após o regime militar através de uma síntese do modelo econômico argentino com foco no Plano Austral e o Plano de Conversibilidade. Implementados para solucionar a crise, e seus efeitos para economia argentina no longo prazo. A realização de tal pesquisa se dá de forma qualitativa e utilizando o método de revisão bibliográfica.

Este trabalho define-se como uma pesquisa qualitativa e histórica. Qualitativa, pois segundo Lima e Mioto (2007, p. 38), “implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca de soluções, atendo-se ao objetivo do estudo e, que, por isso, não pode ser aleatório”, e histórica visto que está localizada temporalmente, descrevendo os fatos ocorridos nos momentos nos quais houve mudanças políticas, fiscais e sociais, sem deixar de

salientar todas as metas adotadas, eficientes e ineficientes, explicando o porquê dos resultados obtidos.

Define-se a pesquisa como exploratória, pois pode proporcionar maior familiaridade com o problema. Para tanto, pode envolver levantamento bibliográfico. Geralmente assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso (GIL, 2007). Pode também ser vista como explicativa, pois identifica os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência do fenômeno, sendo o tipo que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas (GIL, 2007). E caracteriza-se também como pesquisa bibliográfica, uma vez que é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (FONSECA, 2002).

O trabalho fragmenta-se em: Capítulo 1 introdução; Uma análise história econômica da Argentina capítulo 2; Já no capítulo 3 apresenta uma análise do Plano Austral; No capítulo seguinte 4, apresenta uma análise do Plano de Conversibilidade; O capítulo 5 analisa as consequências dos planos de estabilização. E por fim o capítulo 6 com as considerações finais. Identificando as causas da crise Argentina no final do século XX e suas consequências para o país.

2 ARGENTINA: HISTÓRIA E TRAJETÓRIA ECONÔMICA

A Argentina é o segundo maior país da América do Sul em extensão territorial, proveniente do tratado do Vice-Reinado do Rio da Prata, o qual definiu o território a ser colonizado pelos espanhóis. O processo de independência foi iniciado em 1810 com a formação de uma junta de governo comandada por Cornelio Saavedra. A partir do início do processo de independência, ocorreram diversas guerras civis, para somente em nove de julho de 1816 conquistar a independência plena. Segundo Ferrer (2004, p. 5), “entre os primeiros assentamentos dos conquistadores na primeira metade do século XVI e as décadas finais do século XVIII, nas vésperas da independência, transcorre a etapa das economias regionais de subsistência no atual território argentino”.

Em 1820 grande parte das províncias argentinas anunciavam-se autossuficientes, abrangendo a província de Buenos Aires, comanda por Bernardino Rivadavia (responsável pelo primeiro empréstimo). Em 1824 a Argentina tomou o empréstimo com o Baring Brothers¹ que seria para financiar a construção do porto de Buenos Aires, mas acabou custeando as despesas da guerra contra o Brasil (LENZ, 2001). Guerra esta, pelo território que atualmente é a República do Uruguai. O Baring Brothers foi o principal financiador por um longo período da Província de Buenos Aires e posteriormente do Governo nacional. Ele também “foi responsável pela febre especulativa dos anos de 1880-89 e pelas condutas irresponsáveis dos governos, que culminaram na crise de 1890”. (LENZ, 2001, p.238)

O capital estrangeiro foi o um dos principais geradores do desenvolvimento da Argentina, o capital ingressava no país via empréstimo e exportação, já que a Europa encontrava-se em um processo de aumento de tecnologia e pacifica até 1860, financiando o crescimento argentino. Lenz (1999, p. 377) considera que a expansão econômica deve-se a “dois fatores: 1) a grande incorporação de terras férteis para a produção, com baixa população, na zona pampeira; 2) a expansão e integração crescente na economia mundial”.

A crise econômica mundial da década de 1870 mudou o cenário econômico argentino. Setores privados e públicos foram afetados com inúmeras demissões e, com a

¹ O banco Baring Brothers Sturdza teve origem no ano 1762, quando foi fundado por Francis Baring na cidade de Londres. Foi o primeiro banco mercantil a se estabelecer em Londres, onde adquiriu uma grande reputação. .

queda dos preços das exportações, os fazendeiros a começaram a buscar novos mercados. O perfil da nova estratégia iniciou quando,

Pensaram em promover a elaboração da fibra no país, em fiações e tecelagens que logo venderiam o produto ao consumidor local. A atitude dos produtores agropecuários em favor de estender suas atividades era parecida à de outros colocados em posições similares: assim, os cultivadores de cana passavam à elaboração de açúcar nos engenhos, os de vinha tornavam-se donos de adegas, os de grãos pensavam em estabelecer moinhos de farinha ou de azeite, e os de carne tinham como estabelecer frigoríficos (TELLA, 2011, p. 41).

Filomeno (2010, p. 144) ressalta que,

Já entre 1880 e 1890, a ação do Estado foi intensa, definida para facilitar a integração da Argentina aos mercados mundiais. Reformas monetárias e cambiais subsequentes ao programa de estabilização promovido pelo presidente Avellaneda, em reação a uma crise econômica ocorrida na década de 1870, tornavam a economia local mais atrativa aos investimentos estrangeiros. Até 1883, quando foi criada a moeda nacional – o peso – havia um verdadeiro caos monetário na Argentina, em que cada província tinha sua própria moeda. Em 1884/85, ocorreu a adoção da conversibilidade da moeda, com padrão bimetalista, e o estabelecimento, em 1885, de dois sistemas monetários – o de papel-moeda nacional para uso doméstico, e o de ouro e libra para as trocas internacionais. Estas reformas monetárias, somadas às anteriores políticas ortodoxas de Avellaneda, ao proporcionarem um retorno mais seguro ao capital estrangeiro investido no país, atraíram o capital circulante mundial e permitiram um aumento considerável da dívida externa estatal. Ainda em matéria monetária, o Estado aceitou e estimulou a depreciação cambial em benefício dos exportadores.

Para Lenz (1999, p.5) “o período compreendido entre 1860-80 teve como principal característica a adoção de uma ampla política de colonização. Na verdade, a escassez de mão-de-obra na Argentina foi um problema persistente durante todo o século XIX”. Após o aumento da colonização por imigrantes e expansão da malha ferroviária com investimento principalmente inglês o Porto de Buenos Aires começou a ser utilizado para embarque de mercadorias para Europa, ampliando a participação argentina na economia mundial.

Por volta de 1880 e 1890 a crise especulativa assolou o país. “A crise iniciou em 1890 quando Londres não permitiu o adiamento dos pagamentos da dívida e nem a continuidade da transferência trimestral de fundos para a Argentina” (LENZ, 2001, p.240). Com a incerteza semeada, a Argentina apresentou uma imagem de um país que poderia não honrar com o pagamento da sua dívida externa e o governo inglês, optando por uma política não intervencionista durante o período da crise, acentuou a incredibilidade.

O conceito de crise foi visto como o próprio reflexo das escolhas anteriores, pois

estas estabeleceram tanto o limite do crescimento como também a sua fragilidade. Assim, a crise configurou-se como endógena e adquiriu um forte caráter financeiro. Todos esses acontecimentos desembocaram na crise do modelo de crescimento, configurados no crescimento da dívida externa e na necessidade dos acordos externos para superá-la. (LENZ, 2006, p. 244).

O século XIX foi caracterizado por um período de grande desenvolvimento e destaque para a economia argentina no mercado internacional por sua grande capacidade primária exportadora. Contudo o período foi contemplado por um crescimento financiado por capital estrangeiro gerando a crise de liquidez, e fazendo com que o crescimento se mantivesse sendo financiado pelo capital estrangeiro.

No final do século XIX e início do século XX a Argentina encontrava-se no ápice do seu sistema econômico. O esquema econômico argentino teve relevante influência à incorporação de imigrante, que adequou a força de trabalho para gerar o incremento conciso à produção. As aplicações de capitais diretos estrangeiros foram primordiais para formar as condições indispensáveis para a economia agropecuária exportadora, a presença de vasta extensão de terra produtiva propiciou a plantação de cereais em proporções progressivas de ascensão de seus produtos ao mercado mundial. Dessa maneira, a conjuntura para a acentuada concentração de capital na duração do modelo primário exportador favorecido pelo setor agropecuário (SANTOS, 2004).

A ascensão da Argentina era de complicada compreensão, Tella (2011, p.81) afirma que “a transformação do país no início do século XX era de proporções difíceis de conceber. A Argentina aproximava-se de ser um dos países de maior nível de vida do mundo, ainda que internamente os problemas de distribuição da riqueza eram muito agudos”. No entanto em 1914 a Primeira Guerra Mundial eclodiu e, em 1918, ao final da guerra, “os países europeus estavam com suas economias debilitadas. Os sistemas de produção estavam destruídos e as dívidas decorrentes das despesas militares, muito elevadas” (MAIA, 2010, p.263).

Neste contexto, a supremacia britânica nos mercados de capitais é abalada havendo a transferência para os Estados Unidos como coração financiador internacional. LENZ (1999, p. 10) evidência que,

Para a Argentina foi difícil situar-se nessa nova ordem econômica e estabelecer relações com os banqueiros de Nova York. Antes da metade dos anos 20 praticamente nenhum novo capital veio da Europa e os empréstimos vindo de Nova York eram demorados, limitados em quantidade de curto prazo e com altas taxas de juros.

O Reino Unido continuou sendo o principal consumidor dos produtos argentinos, mantendo um superávit comercial, equilibrando o déficit com os Estados Unidos. Neste período houve obstáculos para promover o desenvolvimento industrial, entre vários setores ocasionaram-se problemas para importar, como no setor têxtil. Já as indústrias de metais optaram por reduzir a produção por não conseguirem responder as limitações de importações.

Em síntese, o índice industrial argentino foi inexpressivo e o nível de produção de 1913 não foi superado pelo menos até 1919. [...] Durante a década de 1920 a Argentina recuperou seu crescimento industrial. A participação dos bens de consumo no total das importações se reduziu ao nível do período pré-guerra devido ao aumento na produção dos bens duráveis e não duráveis em relação ao volume de importações dos mesmos. Além disso, se desenvolveram algumas indústrias intermediárias, como a de refinação de petróleo, indústria química e a metalurgia. (SANTOS, 2004, p.71).

A primeira guerra mundial deixou a economia argentina em recuperação. No entanto, resolutamente unificada ao mercado financeiro internacional, não precisando de modificações enérgicas na política até então geradoras de resultado, até a grande depressão de 1929. A crise de 1929 foi gerada por diversos fatos, como a superprodução agrícola americana; diminuição do consumo, pois a indústria cresceu, mas o poder aquisitivo não; livre mercado; e a quebra da bolsa de Nova York. Segundo Souza (2008, p.1),

A crise mundial de 1929 colocaria a Argentina, juntamente com os demais países do continente, na dupla condição de (a) esgotamento da agroexportação, como fator dinâmico do modelo de crescimento econômico; e (b) problema da inserção no processo de substituição de importações.

O modelo primário exportador argentino estava exposto a inconstâncias da economia mundial, chegando à exaustão com a queda da procura por seus produtos, gerada pela crise. Para Candeas (2005, p. 13), “a crise de 1929 desferiu golpe quase mortal na Argentina agroexportadora, pondo fim à conjuntura externa favorável ao extraordinário processo de acumulação de riqueza”. Em 1932, no Canadá ocorreu a Conferência de Ottawa, onde a Grã-Bretanha congregou todos os membros do Império - que gerou medidas protecionistas entre os países membros da *Commonwealth*², colocando barreiras comerciais com os demais países. A Argentina perdia competitividade na comercialização de carne, prejudicando os criadores de gado e ocasionando uma queda brusca no preço interno do

² Commonwealth Associação de 53 países que cooperam entre si, constituído pelo Reino Unido e suas ex-colônias.

produto. Julio Roca³, em 1933 foi à Londres onde acordou-se o Tratado Roca-Runciman, pacto que consistia na exportação de parte da produção de carne resfriada com qualidade superior para Londres. O tratado foi aniquilado em 1935, após grande polemicas em torno do assunto da carne. (TELLA, 2011). O autor ainda salienta que,

No tratado de Roca-Runiman, a Grã-Bretanha tratou de proteger-se, assegurando-se de que as divisas obtidas pela Argentina através de suas vendas à ilha só fossem usadas para comprar produtos industriais nela. Assim, pois a Argentina tinha permanentes déficits com os Estados Unidos e superávits com a Grã-Bretanha. Estes últimos acumularam-se de maneira muito significativas durante a guerra, gerando até sua finalização um grande crédito congelado que usou para a compra de trens. O déficit com os Estados Unidos era compensado com a entrada de capitais desse país, que utilizava para financiar as importações de maquinários e outros produtos dessa origem (TELLA, 2011, p.199).

À vista disso, a trajetória econômica argentina acaba adotando medidas políticas de a proteção da indústria local e ampliação do mercado de bens duráveis, pois o país apesar de ser o mais industrializado da América Latina na década de 1920, não possuía autossuficiência em produtos duráveis. A maturação industrial não era o enfoque principal do governo, as medidas protecionistas que foram adotadas conforme García (2007, p.23) com,

os objetivos do BCRA⁴ eram: concentrar reservas a quantidade de crédito e meios de pagamento aos volumes reais dos negócios, promover a liquidez, controlar os bancos comerciais, atuar como agente financeiro e aconselhar os governo na emissão de empréstimos e nas operações de crédito.

Medidas que estimularam a população argentina para desenvolver a industrialização local, ocasionando uma diversificação da indústria. Foi o incentivo para o início do processo de substituição de importação, em prol das alterações no modelo agroexportador. Durante o período da segunda guerra mundial ficou comprovada a exaustão de mercado para economias agroexportadoras, apesar das dificuldades em importar por causa da guerra gerou impacto na produção. “Por um lado, permitiu o avanço nas substituições de importações e, por outro, gerou um novo estrangulamento externo devido à impossibilidade para se fazer importações de bens de capital” (SANTOS, 2004, p. 73)

No início da segunda guerra o país sofreu com a falta de transporte que prejudicou a exportação e impossibilitou a importação de maquinários e outras matérias-primas industriais. Candeas (2005, p.15) evidência que,

³ Julio Argentino Pascual Roca, vice-presidente argentino no governo do presidente Agustín Pedro Justo entre o período de 1932 a 1938.

⁴ Banco Central de la Republica Argentina

A neutralidade argentina na Segunda Guerra, seguida por governos conservadores e pelo Grupo de Oficiais Unidos (GOU), liderados pelo coronel Juan Domingo Perón, retoma posição adotada na Primeira Guerra e deixa o país isolado no continente. A sociedade estava muito dividida, e a postura neutra não refletia qualquer consenso. A neutralidade sugeria várias interpretações, conforme a inclinação ideológica ou econômica: pacifismo, não-ingerência, apoio subliminar ao Eixo ou interesse de comércio simultâneo com os beligerantes. Em 1943, o GOU derruba o presidente Castillo e reforça a neutralidade – que, na visão norte-americana, significava claro favorecimento do Eixo. Deterioram-se as relações com os Estados Unidos, que vetam a venda de armas e bens de capital.

A siderurgia foi arrojada pela produção militar, o porto era tomado por barcos mercantes italianos, que não desatracavam para não ser capturados pelos britânicos. Isto gerou a criação da estatal Frota Mercante Argentina. As produtoras nacionais eram submetidas a fornecer de tudo para não ocasionar o desabastecimento do país originando uma grande demanda instantânea e preços indefinidos (TELLA, 2011).

Segundo Ferrer (2004), Na década de 1940 o processo de substituição de importações foi ampliado e concomitantemente houve um aumento significativo das exportações de produtos industrializados. No período pós-segunda guerra mundial, Juan Domingo Perón é eleito à presidência da Argentina em 1946, as reservas internacionais eram de 1.600 milhões de dólares e a economia descapitalizada, como efeito da grande restrição do equipamento durante a década de 1930 e da guerra mundial. Entre 1946 a 1948 o processo de substituição de importações chegou a seu momento mais clássico: a grandiosa intervenção estatal e forte política expansionista. Ferrer (2004, p. 151), ainda salienta que “a oferta monetária aumentou em 250%, o gasto público passou de 16% a 29% do produto bruto interno e os salários e benefícios sociais foram drasticamente elevados”.

A política econômica do país estava tão voltada para a industrialização que “nesse período foi implantando o sistema de preferencia para importações de matérias-primas e de bens de capital: entre 60% e 80% das permissões de importações eram destinados a aquisição de matérias-primas, produtos semielaborados e bens de capital” (FOGAÇA, 2010, p.29). Perón era um presidente que possuía muito apoio político do exercito por tratar-se de um coronel e membro de grande influência no Grupo de Oficiais Unidos, mas gerava grande desconfiança nos empresários, por defender os direitos sindicais. De acordo com Gomes (2010, p. 17), “o poder de barganha de Perón era esse: desde que tivesse o poder assegurado, seria capaz de negociar com as massas, garantindo a ordem e justiça social. Tal fato despertou suspeitas dos empresários que foram se afastando gradualmente do líder argentino”.

Reckziegel (2009) frisa que em 1951, Perón reelege-se com 62,5% dos votos, o que acentuou os conflitos políticos. Em 1952 a hostilidade política agravou-se com a crise econômica, e o presidente aderiu a política de aproximação com os Estados Unidos. A ineficiência das estatais foram enfatizadas em 1955, o acordo de exploração de petróleo com a Standar Oil, provocou efeito e queda da inflação não foi suficiente para a situação defasada de serviços energéticos, ferroviários e de transporte público. Candeas (2005, p.18) diz que,

O movimento peronista apresenta três etapas em sua história inicial: a ascendente (1946-1952), com estabilidade política e prosperidade econômica, que permite redistribuição de rendas; a tensão do final do primeiro mandato, a morte de Evita e a reeleição de Perón (1952); e a crise político-econômica que leva ao golpe de 1955.

Sem gerar a credibilidade necessária para reproduzir a estabilidade que ansiava o país, “em 19 de setembro de 1955, Perón reuniu-se com os militares para tentar uma saída negociada. No entanto, sabia-se derrotado. Um dia depois, em 20 de setembro, o presidente argentino refugiou-se na embaixada do Paraguai iniciando sua caminhada rumo ao exílio” (RECKZIEGEL, 2009, p.4). Sob estas circunstâncias Eduardo Lonardi assumiu a presidência do governo militar, posteriormente substituído por Pedro Aramburu.

Aramburu possuía uma política governamental antiperonista, na qual tirou salário de grevista prendeu líderes dos sindicatos, para que fosse possível conter a greve que ocorria no início do seu mandato. “Em 1956 a Argentina adere aos acordos de Bretton Woods, passando a ter acesso ao FMI, e substitui a política de acordos comerciais bilaterais pela participação no regime multilateral de comércio” (CANDEAS, 2005. p.19). A política externa adotada no período de presidência de General Aramburu (1955 a 1958) era conservadora e voltada para aproximação com os Estados Unidos.

O presidente Frondizi ao assumir em maio 1958, voltou à estratégia econômica para afrontar o estrangulamento da balança de pagamento, com a teoria que era decorrente do subdesenvolvimento da indústria de base. A industrialização foi fortemente desenvolvida por Frondizi, além da exploração de petróleo e gás e produção nacional de automóveis e caminhões. O capital externo foi o financiador dos investimentos com a aprovação de uma nova lei em 1958, a qual permitia que houvesse a transferência de lucros para o exterior. Isso foi eficiente com as linhas de créditos que foram oferecidas e geraram efeito nas reservas do Banco Central.

A administração de Frondizi viu cumprir seus prognósticos de expansão econômica com bastante precisão. Em 1961, o investimento bruto aumentou 66% em relação a

1959; o capital internacional aproveitou o quanto pode as oportunidades oferecidas e, em 1960, os investimentos estrangeiros foram aproximadamente de 322 milhões de dólares, cerca de 30% das exportações argentinas (SANTOS, 2004, p. 55).

Mesmo com a evolução econômica alcançada em sua gestão, sua aproximação com o peronismo e a tentativa de mediar o conflito de Cuba⁵ com os Estados Unidos não foram muito bem aceitas, fazendo com que fosse deposto em 1962 pelas Forças Armadas. Os militares reprimiam toda e qualquer ações que se demonstrasse a favor do peronismo. Candeas (2005, p.20) ressalva, “ainda durante as presidências civis de Guido (1962-1963) e Arturo Illia (1963-1966), aprofunda-se o clima de convulsão política com hostilidades entre as próprias Forças Armadas”.

Em meio a tantos ataques é declarada a Revolução Argentina, em 1966, onde a administração governamental ficou por conta do General Juan Carlos Onganía. Santos (2004, p. 59) diz que,

Após o golpe foi anunciado um plano geral que contemplava sucessivas fases: um tempo econômico (que faria da Argentina um país mais rico), um tempo social (que repartiria a riqueza produzida e o bem estar social) e um tempo político (caracterizado pela instauração de um sistema político permanente e estável).

A intervenção militar gerou confiança para o capital internacional, sendo visto como necessário para Onganía conter a atividade sindical. A inflação foi contida e o crescimento econômico impulsionado. Não agradando a todos, a instabilidade política tronou-se relativamente grande.

A política econômica do governo Onganía desagradava, no entanto, diversos setores da sociedade argentina: assalariados, em virtude da perda do poder aquisitivo dos salários; às empresas de capital nacional, afetadas pela retração do mercado; os grupos agropecuários, insatisfeitos com a elevação dos impostos, etc. (VIDIGAL, 2007, p.86)

Em 1969 um movimento que ficou conhecido como Cordobazo eclodiu trazendo à tona a insatisfação da classe jovem, estudantil e operaria. O movimento enfraqueceu o regime militar, ocasionando grande instabilidade política e muitas mudanças no comando do país. A população ansiava eleições e a democracia. “Em 1972, Perón se mostrava aberto ao diálogo e disposto a negociar com seus antigos inimigos” (VIDIGAL, 2007, p.87). Visto que a única

⁵ Cuba encontrava-se em revolução, na qual contrariava os interesses americanos e Frondizi encontra-se com Ernesto Che Guevara, ponto que gerou grande inquietação para as Forças armadas.

para alternativa para ordem social do país foi o retorno de Perón, em 1973 o atual presidente Hector José Cámpora renuncia, e em setembro Perón e sua atual esposa Maria Estela de Péron, vulgo Isabelita, ganham as eleições. A nova situação econômica vigente no mundo não era muito favorável quando a do seu primeiro mandato. Conforme Ferrer (2004, p.173),

O triunfo de 1973 coincidiu com a primeira crise internacional do petróleo, o abandono das paridades fixas estabelecidas pelos acordos de Bretton Woods, o fim do *período dourado* da economia mundial e a progressiva substituição do paradigma keynesiano e do “Estado do bem-estar” pelo chamado enfoque *neoliberal*. As forças globalizadoras da terceira ordem mundial estavam então em plena expansão, particularmente na esfera financeira, onde a integração das principais praças instalou um gigantesco mercado especulativo de capitais de curto prazo.

Contudo, Perón não conseguiu terminar seu mandato falecendo em julho de 1974. Agora as diretrizes do país ficaram a cargo de Isabelita. López Rega é delegado para ministro da economia, que propõe uma política austera, aumentando imposto e controlando o aumento dos salários da classe industrial. Greve de 48 horas foi decretada pela Confederação Geral dos Trabalhadores, para pressionar o aumento dos salários. Em 1975 a inflação chegou aproximadamente 300% ao ano, maior já registrada naquele período. Em 1976, Isabelita é deposta, assumindo uma junta militar que intitula o General Jorge Rafael Videla para a presidência (TELLA, 2011).

A ditadura de 1976 é considerada a mais hostil de toda da América do Sul, implementou uma repressão forte aos movimentos sindicais e uma drástica redução do salário real, tática para conter a inflação. Martinez de Honz responsabilizou-se pela conduta econômica,

que aplicou as teses monetaristas da Escola de Chicago: abertura comercial e financeira, elevação das taxas de juros e sobrevalorização da moeda. Eram anos de *plata dulce* – a especulação financeira. A resultante era desastrosa: aumento da dívida externa, desindustrialização, desemprego. (CANDEAS, 2005, p.22).

Uma característica marcante, “entre 1960 e 1978 o PIB dos países do Terceiro Mundo crescerá a um ritmo médio de 2,7% anual, enquanto que os gastos militares nesses mesmos países cresceram com um ritmo do 4,2% anual” (COGGIOLA, 2012, p.169). A Argentina não se fez exceção da regra, em 1982 entra em confronto contra a Grã-Bretanha pelo domínio das Ilhas Falkland.

Quando Margareth Thatcher, primeira-ministra do Reino Unido, ordenou que à *Task Force* britânica atravessassem o Oceano Atlântico para recuperação do controle das Ilhas, a expedição de 28 mil soldados britânicos foram enviadas, enquanto as tropas argentina

possuíam um terço de contingente inglês (COGGIOLA, 2012). A argentina que possuía capacidade bélica muito inferior que a inglesa. assim o confronto não prolongou-se.

O confronto findou com a ditadura, os combatentes argentinos foram avessos ao sistema vigente. “A ocupação das ilhas adiou a crise da ditadura, mas ao preço de quebrar suas bases de apoio internacionais: Reagan já tinha levantado às sanções econômicas contra a Argentina, impostas pelo governo precedente de Jimmy Carter pela questão dos direitos humanos” (COGGIOLA, p. 221). Como herança para a democracia, o Regime Militar argentino deixou um déficit de 45 bilhões de dólares e um país socialmente devastado pelos ultrajes ditatoriais.

3 PLANO AUSTRAL

3.1 Antecedentes

Para compreender o Plano Austral é necessário um breve conhecimento do momento pelo qual a Argentina estava passando no final da década de 1970 e início de 1980. Com o fim do regime militar, em 1983 o Partido União Cívica Radical elege para presidência Raúl Alfonsín, que assumiu o governo argentino herdando uma grandiosa instabilidade econômica. Segundo Ferrer (2004, p. 213), “a Argentina enfrentava uma recessão profunda e desemprego crescente, inflação no limiar da h́iper, dívida externa de 45.000 milhões de dólares, esgotamento das reservas do Banco Central.” Ao final de 1983, as reservas do Banco Central chegaram a 3.204,9 milhões de dólares o orçamento argentino e a situação monetária estavam fora de controle. Ainda, Frenkel e Fanelli (1987, p.17) enfatizam que “o déficit fiscal e a oferta monetária estavam fora de qualquer controle, à inflação mensal atingia 18% e as negociações dos compromissos externos se encontravam suspensas”.

Em um primeiro momento do governo de Alfonsín, foi delegada a gestão econômica do país para o ministro Bernardo Grinspun⁶, que direcionou sua política econômica com a “retomada do crescimento econômico fixando uma porcentagem de 5% do PIB para esse ano, planos de moradia popular e alimentação, racionalização do sistema financeiro, definição da questão da dívida” (AYERBE, 1991, p.156). Já no que diz respeito à negociação da dívida, Grinspun tentou uma negociação coletiva com outros países devedores no Consenso de Cartagena, mas “os resultados práticos do Consenso foram nulos e todos os países acabaram renegociando seus débitos individualmente” (SOARES, 2011, p. 24).

A condução econômica de Grinspun mostrou-se falha, ocasionando sua renúncia e evidenciando a necessidade de mudanças nas diretrizes econômicas. Então “o governo democrático decidiu trocar o “gradualismo” por uma política de shock” (FRENKEL;

⁶ Bernardo Grinspun foi Contador Público licenciado em Ciências Políticas e doutor em Ciências Econômicas pela Universidade de Buenos Aires, realizou cursos de Especialização em Desenvolvimento Econômico realizados pelas Nações Unidas. Em 1963 foi secretário executivo do Consejo Nacional de Desarrollo (CONADE), diretor do banco central da República Argentina, Secretario de Estado na área de comércio, entre 1967 à 1983 foi funcionário da CEPAL e consultor da OEA, do INTAL, do BID e das Nações Unidas para funções de governos latino-americanos.

FANELLI, 1987, p.18). E assim assumiu Juan Vital Sourrouille⁷.

Sourrouille deparou-se com uma economia deteriorada e até então não tinha um plano desenvolvido para solucionar a situação provocada pelo governo anterior. No mês de abril de 1985, foram divulgados os índices de preços referentes ao mês de março, que ultrapassaram 26% das previsões feitas pelo governo. Nestas circunstâncias, o presidente em um ato na Plaza de Mayo, em prol da democracia, alertou a população para as dificuldades que o país tinha pela frente e que para reverter esse cenário seria necessário à aplicação de uma economia de guerra. Segundo Pereira (2013, p. 23), “com a aceleração da inflação e a falta de efetividade das medidas anteriores, o déficit público aumentou, atingindo 10% do PIB. A única opção para o financiamento da máquina governamental foi à emissão de moeda”. A execução de medidas estabilizadoras tornou-se de suma necessidade para prosperidade econômica argentina.

3.2 Efetivação do Programa

Mediante esses fatos acima mencionados em 14 de julho de 1985, se estabelece a nova unidade monetária argentina: o Austral. Com a nova moeda houve um plano estabilizador que de denominado Austral e prometeu uma reforma econômica no país. Segundo Jusué e Navarro (2008, apud PEREIRA, 2013, p.23), o plano tinha como diagnóstico a redução da pressão que a demanda estava exercendo sobre os preços e a desindexação da economia. “Os pilares básicos que dão sustento ao programa podem ser resumidos em: a) congelamento de preços, salários, câmbio e tarifas públicas; b) ajustes das contas fiscais e renegociação dos compromissos da dívida externa; e c) reforma monetária” (FRENKEL; FANELLI, 1987, p. 18).

O congelamento dos preços e salários foi a medida adotada para deter a inflação inercial, e entrou em vigor à zero hora do dia 17 de junho, os preços foram reajustados tanto no setor privado como público. Antes do congelamento dos preços as tarifas foram reajustadas conforme a inflação do mês anterior para não causar danos no setor externo e não tornar

⁷ Juan Vital Sourrouille, economista formado em Harvard, contador público nacional, egresso da Universidade de Buenos Aires. Como funcionário ocupou um posto de assessor do Consejo Nacional de Desarrollo (CONADE) de 1962 à 1967, entre 1969 à 1970 foi diretor do Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC), realizou trabalhos de consultoria em diversos organismos internacionais como CEPAL, Organização Internacional do Trabalho e o Banco Mundial. Na área acadêmica foi membro do conselho acadêmico do Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES), da comissão diretora do Instituto de Desarrollo Económico y Social (IDES), do conselho acadêmico do Programa de Buenos Aires da Faculdade Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), ministrou cursos de pós-graduação do IDES e foi investigador visitante da Universidade de Harvard.

deficitária as contas públicas. Esta é considerada a medida mais heterodoxa realizada pelo plano (AMADEO, 2005).

Para que o plano gerasse benefícios reais à economia necessitou-se de ajustes das contas. Com um déficit fiscal de 12% do PIB, o que induzia a um nível muito alto das taxas de juros pelo fato do estado cumprir o papel de tomador de crédito interno, o proposto foi de reduzir o déficit para 2,5% do PIB para não recorrer à poupança interna nem ao imposto inflacionário. Reajustes nas tarifas públicas, sobre os impostos, comércio exterior e combustíveis foram necessários para haver efeito na reforma. Houve também uma espécie de poupança obrigatória para os setores de maiores recursos. Tais medidas visavam tornar o sistema ordenado e eficiente. Do mesmo modo, houve a renegociação da dívida externa, que gerou o acordo de *stand-by* com o FMI; esse acordo criou a possibilidade de acesso aos fundos de crédito externo necessário para financiar o déficit fiscal.

O começo da reforma monetária deu-se pelo comprometimento do governo em não emitir moeda com a função de financiar o déficit fiscal. Reduziu-se a taxa de juros nominal fixa para depósitos de 30% para 4% e por último entrou em vigor o Austral, moeda que possuía com predecessor o peso argentino, com a relação de 1 austral = 1000 pesos argentinos. Houve “drástica redução das taxas de juros tabeladas – tanto passivas quanto ativas –, fixadas a partir de 17 de junho em 4 e 6% para depósitos e empréstimos de 30 dias, e mais tarde reduzidas pra 3,5 e 5%, respectivamente” (ROZENWURCEL, 1986, p.41).

O plano mostrou-se eficiente nos seu seis primeiros meses, com medidas de efeitos em curto prazo. Observou que o “M1-privado⁸ aumentou mais de 115%, pelo qual a relação M1/PIB⁹ passou de 3,4% à 7,7% entre o segundo trimestre de 1985 e o primeiro do ano seguinte.” (DAMILL, 1987, p.73). O plano gerou admiração de muitos teóricos econômicos, por sua capacidade de reestruturação econômica imediata. Conforme Cuello (1986, p. 153), “com relação à estabilidade, era compartilhado por visitantes ilustres oriundos dos meios acadêmicos, alguns como o Prêmio Nobel de Economia Franco Modigliani, chegaram a qualificar como de verdadeiro milagre os resultados que mostrava o então Plano”.

O “Plano Austral” conseguiu gerar respaldo no conjunto da população, garantindo para o governo o apoio necessário no encaminhamento de questões como o julgamento dos militares e o controle da conjuntura econômica durante os anos de 1985 e 1986. Uma nova sucessão de “choques heterodoxos” procurou manter a inflação em níveis toleráveis nos anos posteriores (AYERBE, 1991, p. 167)

⁸ M1-privado é a oferta monetária do setor privado.

⁹ M1 / PIB mede o grau de monetização de liquidez de um sistema financeiro e relaciona-se com o uso do dinheiro como forma de pagamento e facilitador de transações.

Em 1986 o custo de vida aumentou 82%, obrigando ao Banco Central enrijecer a política monetária com o propósito de estagnar as oscilações inflacionárias. Rozenwurcel (1986, p. 41) comenta que, “é evidente que estas medidas, contempladas em seu conjunto, se distanciam consideravelmente das recomendações anti-inflacionárias tradicionais, derivadas de experiência prática e da elaboração teórica dos países industrializados”.

No ano de 1987, a atividade econômica desacelerou ocasionando a recessão de 1988. “Em agosto de 1988 foi lançado novo programa, chamado Plano Primavera. Era outra versão da política de rendas por meio da reforma do regime cambial, acordos de preços e reformas tributárias” (FERRER, 2004, p. 218). Os efeitos gerados pro este plano foram fracos e de pouca duração.

Em janeiro de 1989, em decorrência da venda de reservas do Banco Central gerou-se uma corrida contra o Austral. Em fevereiro o Banco não possuía mais reservas para controlar o desequilíbrio do mercado, devido a grande debandada de capitais. “Entre fevereiro e agosto os preços subiram 1.700%, a taxa de câmbio foi desvalorizada quase quatro vezes e os salários reais caíram 30%” (FERRER, 2004, p.219). A desvalorização da moeda deixou evidente que o sistema monetário tornou-se ineficaz.

O Plano Austral, considerado o milagre econômico da década perdida¹⁰, serviu como auxílio para a elaboração do Plano Cruzado no Brasil. O êxito do plano despertou interesse de todo mundo e gerou a admiração de muitos por uma capacidade de reestruturar a economia em imediato. O Austral foi um plano anti-inflacionário, tendo como proposta de elaboração essencialmente um programa de longo prazo. Contudo, em dois anos o plano não teria mais efeito, visto que a inflação retornou ao cenário econômico argentino. Raúl Alfonsín renúncia à presidência em 1989, após sua frustrada tentativa de estabilização que prejudicou em suma a renda da classe trabalhadora. O fracasso do experimento de reorganização econômica estatal culminou com a hiperinflação de 1989 e 1990.

¹⁰ A década de 1980 é considerada como a década perdida, por se tratar de um período de estagnação econômica. Caracteriza-se por combate a inflação, grande desemprego, aumento do déficit fiscal entre outras variáveis macroeconômicas.

4 PLANO DE CONVERSIBILIDADE

4.1 Antecedentes

Após a vitória do partido peronista na eleição realizada em maio de 1989, Carlos Menem encarregou-se do governo argentino antes do previsto, devido à abdicação do cargo por Alfonsín. Em julho, Menem assumiu em meio a uma enorme desvalorização monetária. O fracasso do Plano Austral deixou como legado uma inflação que aproximou-se de 3.070% ao ano.

Uma sequência de modificações no sistema de políticas econômicas teriam de ser iniciadas para evolução do país. O trajeto disponível para o desenvolvimento tendia a abertura econômica e com isso o governo ia de encontro às ambições da população e dos demais agentes econômico.

Conforme Neutzling (2008), logo em seu início de governo, Menem procurou uma aproximação com o Estados Unidos e entregou o cargo de Ministro da Fazenda a um executivo da multinacional Bunge e Born. A primeira medida do governo com a intenção de conter a inflação foi à inserção do Plano Bonex, em janeiro de 1990 que consistiu no bloqueio da liquidez de ativos financeiros. Para Carvalho (1999, p. 60),

Pode-se afirmar que os graus de liberdade para a execução da política monetária e cambial cresceram muito na Argentina depois do bloqueio, caso se tome como referência o quadro caótico de 1988 e 1989. O Plano Bonex pode ter sido uma das últimas opções diante de um quadro de intensa instabilidade e crescente imobilização do governo, ou mesmo a única.

O plano mostrou-se efêmero, pois um mês após o bloqueio sucedeu-se um novo pico hiperinflacionário de 2314% ao ano. A inflação manteve-se elevada por um grande período. A notável modificação só ocorreu quando é delegado a Domingo Cavallo¹¹ o cargo de Ministro de economia incumbido de elaborar mais um instrumento de restauração

¹¹ Domingo Cavallo estudou economia na Universidade Nacional de Córdoba. Recebeu honras de contador público e de economista; foi professor na Universidade Nacional de Córdoba e Universidade Católica de Córdoba; diretor do Banco de Córdoba; doutor pela Universidade de Harvard. Foi premiado com numerosos doutorados honrosos por universidades como a Universidade de Bologna, a Universidade de Paris I Panthéon-Sorbonne (1999), a Universidade de Turin, a Universidade Ben Gurion e a Universidade de Gênova. É membro correspondente da Real Academia de Ciências Morais e Políticas. É membro do G30.

econômica.

Perante o engajamento de renovar a economia, o governo enfrentou um momento muito complexo de desorganização econômica, de desindustrialização, de desinvestimento gradual, de descrédito das medidas de ajustamento estrutural e regular à inflação. De acordo com Himelfarb (1994, p. 124),

O novo instrumento de estabilização devia contar, doravante, com bases técnicas sólidas e diferentes das utilizadas anteriormente e devia levar imperativamente a um restabelecimento da confiança social, a um controle das expectativas especulativas e a uma reativação da economia.

A tática abordada por Cavallo foi uma política econômica que convencionou-se de ortodoxia fiscal e heterodoxia monetária, com o consentimento do F.M.I. “O grande diferencial estava no comprometimento e na sustentabilidade desse ajuste fiscal e no modo como a reforma monetária seria feita. Sem congelamento de preço ou a criação de um indexador inflacionário único na economia, implementou-se uma dolarização diferente.” (PEREIRA, 2013, p.27).

Para efetivação desta nova política, a autoridade governamental determinaria algumas práticas para torna viável o processo de dolarização. Segundo Souza (2006, p. 3),

O governo Menem empenhou-se no atraque da moeda doméstica ao dólar norte-americano, supondo controlar as diferenças surgidas no balanço de pagamentos com a venda dos ativos públicos e diminuição da máquina governamental. As reservas cambiais criadas pela venda das empresas públicas e pelos empréstimos do F.M.I. garantiram não só a manutenção da paridade da moeda doméstica com a estrangeira, frente a um contexto em que México e Ásia sofriam crises cambiais, mas também a reeleição do governo então vigente, para mais um mandato, em 1994.

Com o respaldo financeiro garantido pelo Fundo Monetário Internacional, a Argentina ansiava por sua nova fase econômica. Assim entra em vigor o Plano de Conversibilidade.

4.2 Efetivação do Programa

O Plano de Conversibilidade argentino atrelou a moeda local ao dólar americano. O Banco Central da Argentina informou em 10 de outubro de 1991, que a partir de 1º de janeiro de 1992 a linha Peso estaria em vigência como a nova unidade monetária do país. O Peso estabeleceu-se com a paridade de um peso equivalente a dez mil austrais, sendo que era convertível com o dólar americano, com a igualdade de um peso por um dólar. Além da

convertibilidade algumas iniciativas foram agregadas ao plano, como salienta Averbug (2005, p.2),

Ao Plano, foram agregadas iniciativas como:

- i) abertura comercial do país, com drástica redução de tributos aduaneiros;
- ii) privatização das inúmeras empresas estatais, muitas das quais de grande porte;
- iii) desregulamentação da economia;
- iv) flexibilização da presença de bancos estrangeiros no país;
- v) incentivo à previdência social privada.

A convertibilidade definia em lei que o peso seria totalmente lastreado ao dólar, a adoção deste regime cambial trata-se do *currency board*. Para Sauerbronn (2009, p. 75), “no regime monetário e cambial *currency board*, o país compromete-se a converter, sob demanda, sua moeda local em outro ativo líquido de aceitação internacional a uma cotação fixa”. Diante desta medida, deu-se fim a emissão monetária descontrolada que a Argentina utilizava para financiar o déficit do governo. Este controle monetário manteria a eficiência do regime, pois uma expansão ocasionaria uma redução da credibilidade, que levaria a um aumento da demanda por dólar, e conseqüentemente, uma perda nas reservas internacionais.

As reservas internacionais foram de suma necessidade para a consistência da paridade peso e dólar, gerando assim a necessidade de aumentá-las. Pereira (2013, p.28) diz, “entre os fatores que ajudaram a Argentina a aumentar suas reservas estão à capitalização com a desestatização, a queda dos juros americanos em 1991, atraindo, assim, um maior fluxo de investimentos para o país sul-americano, além da repatriação do capital especulativo”.

Outras medidas para manter a paridade tomada pelo governo foram às privatizações. Conforme o CEPAL informou as privatizações em 1990 consistiam em telefonia, aviação, petroquímicas, concessões sobre áreas petrolíferas e estradas. Em 1991, a venda de ações de telefonia, contrato de associação e concessão da extração de combustíveis, concessão de ramais ferroviários foram muito comuns. Entre 1992 e 1993 foram o transporte e distribuição de gás, obras sanitárias, SEGBA, empresa siderúrgicas, YPF (petróleo), centrais hidroelétricas e termoelétricas, transmissão de eletricidade, concessão de ramais ferroviários e subterrâneos. E a venda nos anos de 1994 a 1997 caracterizam-se nas centrais elétricas, distribuição de eletricidade, venda de ações de transporte e distribuição de gás, petroquímicas, bancos provinciais, correios, aeroportos, mecanismos de acesso a centrais nucleares e o Banco Hipotecário Nacional.

Ferrer (2004) salienta que, entre os anos de 1990 e 1998, foram vendidos ativos públicos nos valor de 20 bilhões de dólares dos quais 60% correspondem a investimentos

estrangeiros. Contudo os investimentos estrangeiros causariam uma maior sensibilidade da economia a choques exógenos. Conforme Averborg (2005), o plano possuiu efeito imediato na inflação, havendo sua queda imediata de 2,134% em 1990 para 172% em 1991, e com declínio até 1995.

Enquanto existia a confiança dos investidores estrangeiros, havia ingresso de capital especulativo de curto prazo que visavam lucros imediatos em virtude das operações de arbitragem nas taxas de juros. (NEUTZLING, 2008). Os primeiros de anos da década de 1990 para o plano de conversibilidade foram bastante proveitosos, o aumento da liquidez internacional e uma menor pressão à dívida externa possibilitaram uma redução da taxa de juros argentina, o que suavizou o erário público e cresceu o investimento privado.

Todavia, com o fim de estatais, a situação externa começou a prejudicar-se. Com o poder de compra da moeda local, as importações aumentaram mais que as exportações, isso gerou um déficit na balança comercial. Conforme Pereira (2013, p. 29), “o fato de a inflação americana ter sido menor do que a argentina entre 1991 e 1994, o que fez com que os produtos argentinos se tornassem mais caros em comparação aos americanos.” O desequilíbrio fiscal não poderia ser controlado pelo aumento de oferta de moeda, pois o governo não possuía mais o controle da emissão monetária. A solução encontrada foi tornar a pedir empréstimo.

4.3 O Cenário Econômico Mundial

Em 1994, o México decreta uma moratória que contaminou a confiança dos investidores externos em relação aos países emergentes. Essa crise mexicana ficou popularmente conhecida como Efeito Tequila. As crises em países emergentes começaram a abalar a credibilidade dos investidores.

A crise financeira asiática foi entre 1997 a 1998, tendo como epicentro a Coreia do Sul, porém atingiu a Tailândia, Indonésia, Malásia e Filipinas, sendo a crise cambial e financeira os agentes comuns de vulnerabilidade entre os cinco países. Conforme Canuto (2000, p.25), “o nível de endividamento e de concessão de crédito em relação ao PIB, bem como a proporção entre a dívida externa de curto prazo e as reservas externas - apontavam para a profundidade e o caráter contagioso da crise em todos os casos”.

Em 1998 houve crise financeira Rússia, que levou a uma desvalorização do

rublo¹² e a um não pagamento dos serviços das dívidas interna e externa. Tal crise ocorreu em virtude de situações contrária a economia com déficits públicos e pouca quantidades de reservas internacionais. “A crise financeira ocorrida na Rússia caracterizou-se por aspectos peculiares advindos de sua história enquanto União Soviética, combinados ao processo de abertura política e economia” (PINTO; VILELA; LIMA, 2005, p. 1).

A crise do Brasil consistiu principalmente na desvalorização monetária e teve rumo análogo a crise asiática. O Brasil possuía um PIB que teve crescimento momentâneo e positivo, contudo houve grande instabilidade fiscal e crise cambial (AVERBURG; GIAMBIAGI, 2000).

De todas as crises a de maior relevância para economia argentina foi à brasileira, devido ao grande comércio entre os países. A Argentina era no momento um país altamente sensível aos choques externos e possuía o maior indicador de endividamento da América Latina e do mundo.

4.4 O Transtorno da Conversibilidade

A deterioração social continua assombrando a Argentina, contudo Menem se reelege em 1995 com a promessa de continuar com a conversibilidade. “E a partir de 1996 a variação do PIB oscilava de forma aleatória, o desemprego aumenta para dois dígitos da população economicamente ativa.”. (NEUTZLINNG, 2008, p. 16). Ocorrem manifestações e a população volta a sofrer com perda de sua capacidade real de aquisição.

A dívida externa que em 1992 era de 60 bilhões de dólares, salta em 1996 para 100 bilhões. O cenário interno assume características preocupantes, uma economia fragilizada e suscetível a choques exógenos. A difícil responsabilização do problema gerou uma disputa interna entre Menem e Cavallo e, com uma situação insuportável Cavallo renúncia ao ministério. Com a renúncia de Cavallo diminuíem os boatos que o país passará por outra crise, e, assim em 6 de agosto de 1996 assume Roque Fernández¹³. Como medida para diminuir o déficit do Tesouro, Menem demitiu 30 mil funcionários que geraram redução de 2,5 bilhões de dólares. (SOUZA, 2007). Ao fim da década de 1990, o déficit externo era de aproximadamente 150 bilhões de dólares, “sendo 60% referente à dívida pública e 40% a

¹² Rublo a unidade monetária Russa neste momento .

¹³ Roque Benjamín Fernández, contador formado pela Universidade de Córdoba, doutor em Economia pela mesma faculdade e pela Universidade de Chicago; um dos fundadores do Centro de Estudios Macroeconómicos de Argentina (CEMA); Trabalhou para a OEA, Banco Mundial e FMI; foi presidente do BCRA de 1991 à 1996.

privada. Os juros da dívida representavam mais de 40% do valor das exportações” (MEDEIROS, 2005, p. 40).

Menem é derrotado nas eleições de 1999, e o governo recém-eleito, Fernando de la Rúa, traz Cavallo para assumir o ministério econômico, com um cenário de baixa liquidez financeira e baixa competitividade comercial. Fernando de la Rúa renúncia em 20 de dezembro de 2001, deixando seu cargo para Adolfo Rodríguez Saá. Após a passagem de sete dias na presidência Rodríguez Saá, decretou o cancelamento do pagamento da dívida externa do setor público. Eduardo Duhalde assume a presidência, e a pesificação foi colocada em prática. É válido ressaltar que, nos momentos mais violentos da crise, especialmente antes do fim da conversibilidade, o FMI esforçou-se em liderar pacotes de socorro para o país, que era um dos seus casos exemplares de implementação de reformas liberalizantes (CUNHA; FERRARI, 2006).

Ao final de 2001 o Plano de Conversibilidade seria levado à bancarrota. Segundo Soares (2013, p. 41),

A falência do programa econômico foi materializada pela adoção do corralito, medida que impunha restrições às extrações de dinheiro no sistema bancário. Esse mecanismo foi adotado com o intuito de eliminar os riscos da realização de uma corrida bancária por parte da população argentina. A Argentina terminou o ano de 2001 em uma situação singular em sua história. Os índices socioeconômicos evidenciam a gravidade da situação. Nesse ano o índice de desemprego foi o segundo mais alto desde 1980.

É preciso considerar que o plano foi acentuadamente abalado pelas constantes crises que no contexto econômico mundial. Para Neuzling (2008, p. 25),

O fato é que sua dependência ao fluxo de moeda estrangeira, para regular sua base monetária, foi um instrumento eficaz de controle da inflação; porém, foi ao mesmo tempo um torniquete que limitou sua capacidade de crescimento autossustentado. Pior que isso foi ficar na dependência dos humores do mercado financeiro internacional.

Inicialmente o Plano de Conversibilidade teve um efeito satisfatório, diminuindo a inflação, aquecendo a economia e servindo como exemplo para outros países da América Latina. Entretanto, durante uma década de existência o plano passou por diversas fases e causou uma série de efeitos para a economia argentina, com conseqüências que foram sentidas inclusive nos primeiros anos do século XXI. Conforme Palermo (1997, p.22), “Menem agiu compelido por mudanças ocorridas no ambiente social e político geral em que a política econômica desenvolveu para privilegiar o objetivo de reformar da Constituição para

se reeleger”.

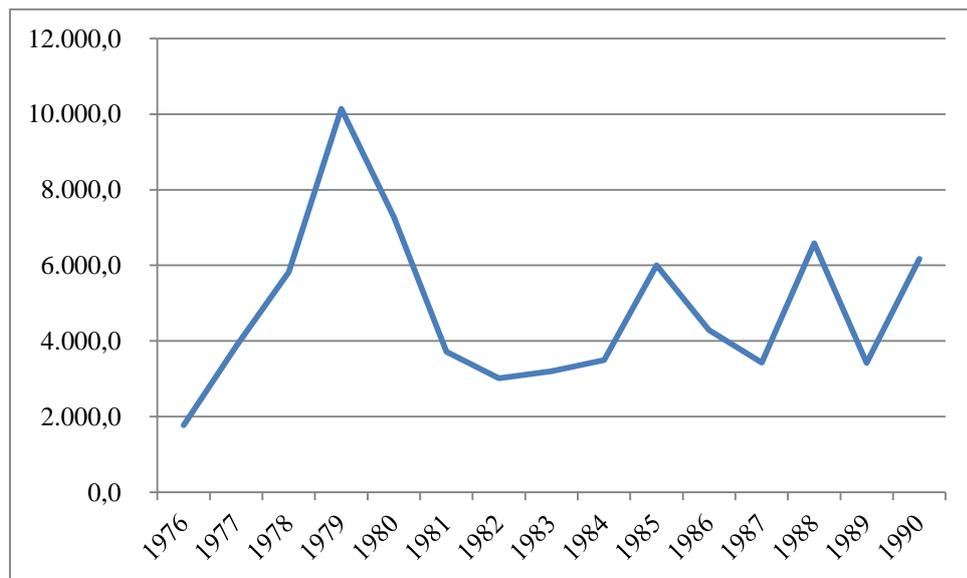
A perda do controle monetário, a dependência do capital externo, o grandioso ciclo de privatizações deixou a Argentina sem capacidade de gerir sua economia. “O período de conversibilidade e reformas liberalizantes deixou por herança uma Argentina fragilizada econômica e socialmente.” (CUNHA; FERRARI, 2006, p.291). Por ser a sétima economia do mundo no início do século XX, a Argentina nunca imaginou que teria de enfrentar um pesadelo de tamanha magnitude, como o da deterioração econômica.

5 CONSEQUÊNCIAS DOS PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO

5.1 Austral

Ao assumir, Alfonsín deparou-se com uma economia bastante debilitada pela Guerra das Malvinas. As reservas internacionais que em 1979 eram de 10.138 milhões de dólares foram bruscamente reduzidas, no período da guerra (1982-1983) para 3.013 e 3.204, respectivamente. Conforme Coggiola (2012, p. 169-170), “em 1981, os gastos militares latino-americanos superavam anualmente 60 bilhões de dólares. Tratava-se de um “militarismo dependente” (tecnológica e comercialmente) e completamente reacionário”. Além dos gastos bélicos, em fevereiro 1981 o ministro da economia, Martinez Hoz, promoveu uma depreciação de 10% da moeda local gerando uma grande procura pelo dólar e um desfalque nas reservas argentina instantaneamente, o que gerou a evasão de capitais (SOUZA, 2007). A queda acentuada das reservas internacionais pode ser observada na figura 1:

Gráfico 1: Evolução das Reservas Internacionais Argentinas 1976-1990



Fonte: Elaborado pelo ator a partir de dados do Mecon

A declaração de economia de guerra em 1985 evidenciou as proporções em que a

inflação impactava o país. A providência de congelamento de preços e salários manifestou-se muito eficiente, a inflação que era de 672,2% em 1985, diminuiu para 90,1% em 1986. Souza (2007, p. 114) frisa que, “no curto prazo, o Plano Austral parecia exitoso. A inflação cedeu nos primeiros meses, indo dos 30% (maio/1985) a menos de 2% mensais (outubro/1985)”.

A velocidade em que o plano retrocedeu a inflação foi surpreendente, a finalidade do congelamento suspendeu a inflação inercial. Porém “a proposta do choque heterodoxo, o congelamento, não é suficiente para que os agentes esperem uma desinflação permanente” (ROZENWURCEL, 1986, p.55). Em 1987 a inflação voltou a crescer, chegando a 3079,5% em 1989. A trajetória inflacionária argentina da década de 1980 pode ser analisada na tabela 1:

Tabela 1: Taxa de Inflação Anual 1980-1990

Ano	Taxa de Inflação (%)
1980	100,8
1981	104,5
1982	164,8
1983	344,8
1984	626,7
1985	672,2
1986	90,1
1987	131,3
1988	343
1989	3079,5
1990	2314

Fonte: Avila (2007)

Por volta de 1984 a Argentina estava tentando negociar a dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI). As primeiras negociações feitas por Grinspun não foram bem sucedidas. Com a mudança das diretrizes econômicas o ajuste fiscal e a renegociação da dívida geraram novo acordo de *stand-by* com o FMI, o que gerou ingresso em novos empréstimos externos, fundamentais para financiar o déficit fiscal.

Segundo Acuña (1995) apud (AMADEO, 2005) o Plano Austral transformava-se em uma arapuca de resultados recessivos sobre a economia. A exclusiva maneira de sustentar

a estabilidade do preço do dólar, que se inclinava a aumentar, era aumentar às taxas de juros, com o qual se nutria a especulação. Em janeiro de 1987, O dólar continuava aumentando seu preço e aguardava-se que o ministro divulgasse novas providências para restaurar a confiança no plano. Enquanto para travar a desvalorização da moeda o governo emitia títulos públicos que o endividavam em dólares a futuro, o que servia para conter a alta da divisa. Murphy (1991, p. 63) diz que, “desde abril de 1988 a argentina havia suspenso o serviço da dívida pública externa com os bancos comerciais e praticamente tinha deixado de renovar a dívida interna que não fosse com o sistema financeiro doméstico”. Na tabela 2 pode ser observada a crescente evolução da dívida externa argentina em milhões de dólares.

Tabela 2 Dívida Externa Argentina de 1980-1990

Ano	US\$ milhões
1980	27.162
1981	35.671
1982	43.634
1983	45.069
1984	46.191
1985	49.326
1986	51.422
1987	58.324
1988	58.473
1989	63.314
1990	62.233

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da Cepal.

O desemprego foi um dos grandes problemas que assolaram a sociedade a durante a década de 1980, a taxa de desemprego mais que dobrou durante a década perdida. O plano gerou uma queda ao ser implantado a taxa de desemprego era de 6,1%, em 1985 após um ano, no auge do milagre austral a taxa passou para 5,6%. Contudo nos anos seguintes foram de aumentos gradativos. Os resultados do plano eram imediatos, porém efêmeros A tabela 3 evidência a taxa de desemprego entre 1980 a 1990.

Tabela 3 Taxa de Desemprego de 1980- 1990

Ano	Taxa de Desemprego (%)
1980	2,6
1981	4,6
1982	5,3
1983	4,6
1984	4,6
1985	6,1
1986	5,6
1987	5,9
1988	6,3
1989	7,7
1990	7,4

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da Cepal

Como última tentativa de reestruturação econômica do país feita durante o governo Alfonsín foi o Plano Primavera, que previa novo reajuste e congelamento de preços e salários, durante 180 dias, mas na prática o reajuste não foi respeitado pelos empresários. A emissão de títulos da dívida pública mantinha-se constante. O FMI colocou em debate se os títulos da dívida pública atrasados poderiam ser utilizados no pagamento das privatizações de empresas estatais, idéia esta que não foi bem aceita. Contudo, o governo organizava-se para eleições e, para acalmar a o repúdio instaurado pelo desempenho do partido na presidência, foram revogadas quaisquer análises de privatizações (SOUZA,2007).

O autor ainda salienta que no final do plano a flexibilidade do câmbio comercial foi suspensa em fevereiro de 1989, o que gerou uma corrida especulativa em pouco tempo, o dólar comercial passou de 17 para 29 austrais, em abril para 106 austrais e no período de transição governamental um dólar chegou a estar cotado por 170 austrais.

O Plano Austral, Primavera e o governo Alfonsín não possuíam mais a corroboração internacional, e o respaldo necessário para eleição de alguém do seu partido. As diretrizes da Argentina passaram para Carlos Saul Menem.

5.2 Conversibilidade

Antes de entrar em vigor o Plano de Conversibilidade o governo argentino precisou criar reservas cambiais para que fosse possível garantir a paridade da moeda local com o dólar, a fase de privatizações foi iniciada, “os processos de vendas da ENTEL – que prestava os serviços de telefonia – e da empresa pública de transporte aéreo Aerolíneas Argentinas” (SOUZA, 2007, p.129). Ao final de 1990 a ENTEL passou a fazer parte do setor privado. Em um curto período o número de privatizações foi crescente, atingindo 90% das empresas do governo em uma temporada de três anos (1991-1993) (VALLE-FLOR, 2005). As privatizações e abertura do mercado levaram ao superávit comercial. Todavia, o estoque as empresas acabariam e isso geraria grande problema à conversibilidade. A tabela 4 ressalta a evolução da entrada líquida de capitais com as privatizações.

Tabela 4 Entrada Líquida de Capitais com as Privatizações de 1990-1999

Ano	US\$ milhões
1990	1.787
1991	1.962
1992	5.496
1993	5.455
1994	922
1995	1410
1996	736
1997	1.220
1998	522
1999	4337

Fonte: Medeiros (2010)

O aumento das privatizações gerou um aumento da taxa de desemprego, “para aumentar a produtividade e a competitividade, no período de 1989 a 1994, o emprego nas empresas privatizadas foi reduzido de 302.000 para 138.000 postos” (VALLE-FLOR, 2005, p. 6).

Em 1995, após os choques da crise mexicana a economia argentina ficou muito fragilizada. A desconfiança dos investidores “gerou uma queda de 17% dos depósitos bancários e contração industrial” (PEREIRA, 2013, p.29). A situação economia interna era muito sensível aos choques internacionais. Averbug (2005, p. 5-6) argumenta que o aumento do desemprego teve suas ascendências em:

- i) incremento de produtividade nos setores industrial e de serviços, sendo que, nesse último, fruto das privatizações;
- ii) fechamento de empresas que não resistiram à competição com bens importados, dada a sobrevalorização cambial;
- iii) redução de pessoal nos quadros públicos.

É justo ressaltar que em 1996, para conter um déficit do Tesouro de 2,5 bilhões de dólares, o presidente não hesitou em demitir trinta mil funcionários, 10% dos servidores público (SOUZA, 2007). A tabela 5 apresenta a variação percentual da taxa de desemprego argentina.

Tabela 5 Taxa de Desemprego na Argentina de 1991-2001

Ano	Taxa de desemprego (%)
1991	6,5
1992	7
1993	9,6
1994	11,5
1995	17,5
1996	17,2
1997	14,9
1998	12,9
1999	14,3
2000	15,1
2001	17,4

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da Cepal

A conversibilidade mostrou-se de grande eficiência em conter a hiperinflação. Segundo Souza (2007, p.165), “o controle da inflação, a facilidade de obtenção de

financiamentos externos, e a moeda favorável à comprar de produtos importados, alçaram Cavallo ao status de “gênio econômico”, e Menem à condição de “estadista”. ” O autor ainda salienta (2007, p. 224) que,

A queda da inflação não representava uma valorização da moeda doméstica, mas sim o aumento de sal escassez, devido ao aumento dos juros e as respectivas quedas no investimento e consumo. Tal causou a insuficiência de demanda efetiva, explicava do crescimento “insustentado” de 1997-8, da recessão aberta de 1999e do desemprego estabelecido estruturalmente na argentina na década de 1990.

A tabela 5 contém a evolução da taxa de inflação entre 1991 a 2001, apresentando mudanças grandiosa, 171,7% para -1,1% ao ano. É indiscutível que o plano foi de grande eficiência em dizimar com a hiperinflação.

Tabela 6 Taxa anual de Inflação de 1991-2001

Ano	Taxa de Inflação (%)
1991	171,7
1992	24,9
1993	10,6
1994	4,2
1995	3,4
1996	0,2
1997	0,5
1998	0,9
1999	-1,2
2000	-0,9
2001	-1,1

Fonte: Avila (2007)

A dívida externa foi presente durante todo o período do Plano de Conversibilidade, “o nível de conversão monetária, extremamente valorizada, pode ser caracterizado como uma das causas do endividamento externo e os recorrentes déficits comerciais não controlados pelo governo argentino” (MEDEIROS 2010, p. 54). Em 1999, a dívida externa era de 147.634,1 milhões de dólares, onde 60% formavam-se da dívida pública e 40% da privada. Os juros

arrecadados eram mais de 40% do preço das exportações, e os envios de lucros dos investimentos privados eram 8%. Os juros consumiam 15% da renda do Tesouro e os gastos com seguridade, sem financiamento pela reformulação do sistema previdenciário, careceriam de 30%. O aumento do indicador risco país, repercutiam suspeitas gradativa dos mercados sobre a condição argentina. A propagação da fuga de capitais foi a previsão para a calamidade que ocorreria em 2001(FERRER, 2004) .

Tabela 7 Dívida Externa de 1991-2001

Ano	US\$ milhões
1991	61.337
1992	62.973
1993	72.425
1994	87.524
1995	101.462,5
1996	114.423,1
1999	147.634,1
2000	155.014,5
2001	166.272

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da Cepal

Uma das variáveis que mais assombrou o país foi a pobreza. A Argentina que era considerado a sétima potencia econômica do mundo, chegou a níveis inesperados de pobreza. Segundo Diaz (1970) apud JONES (1997, p. 10),

Em fins do século XIX a Argentina era um dos países mais ricos do mundo Com uma base de recursos impressionante e com infraestrutura em rápido desenvolvimento, o país atraia investimentos estrangeiros e imigrantes em larga escala. Contudo, por volta de 1990, a renda per capita da Argentina era de apenas um terço daquela do aquela dos Estados Unidos

O retrocesso econômico argentino, oriundos da má gestão dos recursos foram os maiores responsáveis por estes altos índices, o índice de pobreza é altamente influenciado pelo alto nível de desemprego, conforme tabela 5 e justificativas já vistas. Segue a evolução da pobreza na tabela 8, com dados de 1990 a 2000.

Tabela 8 Indicador de Pobreza de 1990-2000

Ano	Indicador de Pobreza (%)
1990	41,4
1991	30,4
1992	24,1
1993	21,8
1994	21,6
1995	27,2
1996	30
1997	29,4
1998	29,4
1999	31,51
2000	34,32

Fonte: Vale-Flor (2005)

O Plano de Conversibilidade era considerado exemplo de políticas econômica do FMI. Contudo o FMI também colocaria o fim ao plano, em 2001, ao suspender a parcela do empréstimo que havia sido acordado com Cavallo, tornando o país incapaz de honrar com os serviços da dívida externa. O cenário social do país era trágico, “a pobreza e taxas de indulgência atingiram os seus máximos níveis, estando 53% dos Argentinos abaixo da linha oficial da pobreza (70% são crianças)” (VALLE-FLOR, 2005, p. 37).

No final do século XX o Plano de Conversibilidade, acumulou políticas econômicas que não levaram em consideração a sociedade. Privatizações que culminaram com o aumento do desemprego e aumento de tarifas de serviços básico; o alto índice pessoas pobres e abaixo da linha da pobreza O genocídio sócia, ocasionou grande revoltas no país. Nem Menem, nem de la Rúa foram capazes de conter o retrocesso gerado pelo plano.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos de 1950 a economia mundial passa por grandes transformações. Surgem as tensões provocadas principalmente pela “Guerra Fria”, pelos regimes ditatoriais na América Latina e os acirrados conflitos ideológicos com as medidas neoliberais que começam a ser implantadas em alguns países europeus.

A Argentina que até meados da década de 1970 figurava entre os países mais desenvolvidos do mundo, com sua economia que chegou a ocupar o sétimo lugar entre os países ocidentais, começa a ter problemas de governabilidade e instabilidade econômico-financeira. Implanta-se um regime ditatorial militar extremamente conflituoso, que está entre os mais devastadores ocorridos na América em termos de número de mortos e desaparecidos

Em 1982 o país começa um conflito com a Grã-Bretanha pela posse das Ilhas Falkland. A Primeira-ministra do Reino Unido, Margareth Thatcher enviou tropas que reprimiram fortemente a invasão Argentina. Após uma derrota vexatória, tem fim o regime militar.

Com o retorno ao regime democrático, foi eleito presidente Raúl Alfonsim, com o país mergulhado em uma crise econômica e uma inflação que superava os 30% ao mês, tenta conter a recessão estabelecendo o Plano Austral em quatorze de julho de 1985. Este plano consistiu em estabelecer uma nova unidade monetária, que se denominava Austral, e ainda congelava os preços, os salários e o câmbio. Contudo, este plano que era basicamente anti-inflacionário não conseguiu atingir seus objetivos de longo prazo e em 1987, a nova escalada dos preços já se mostrava devastadora para a renda dos trabalhadores.

Com o fracasso do Plano Austral, Alfonsim renuncia em 1989, assumindo a presidência Carlos Menem, que nomeou como Ministro da Economia Domingo Cavallo. o governo começou uma série de privatizações para gerar expansão das reservas cambiais, para ser possível a implantação do modelo econômico.

Domingo Cavallo colocou em prática o Plano de Convertibilidade que atrelava a moeda local ao dólar americano, numa proporção de 10.000 austrais por um dólar. Inicialmente, o Plano de Convertibilidade conseguiu estabilizar a economia argentina que passou a crescer em média seis por cento ao ano. Entretanto, acumulando déficits de mais de

60 bilhões de dólares ao ano nas transações correntes, o crédito dificultado pelo excessivo endividamento junto aos bancos internacionais e FMI e, principalmente, com o Banco Central sem poder desempenhar sua função básica de ser o prestamista de última instância, uma vez que a economia já se movia basicamente com dólares americanos a crise retorna com força.

Além da crise financeira a situação social do país foi muito deteriorada, o aumento da taxa de desemprego, elevação do índice de pobreza com aproximadamente 50% da população abaixo da linha da pobreza. O genocídio social gerado pelo plano chegou a um patamar incompreensível.

Os planos argentinos foram muito bem sucedidos em sua formulação, contudo o Austral mostrou-se eficiente no curto prazo. O Plano de Conversibilidade possuiu por um longo período o respaldo do FMI, contudo as vantagens econômicas geradas pelo plano culminaram com os problemas sociais que foram enfrentados ao longo do século XXI.

REFERÊNCIAS

AMADEO, Javier. **O Debate econômico na Argentina da democratização**. Tese (Doutorado em Ciências Políticas)- Programa de Pós-graduação em Ciência Políticas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2005.

AVERBUG, André; GIAMBIAGI, Fabio. A Crise Brasileira de 1998/1999- Origens e Consequências. **Textos para Discussão**, Rio de Janeiro, n.77, 2000.

AVERBUG, Marcello. **Regimes Monetários: Teoria e a Experiência do Real**. Editora Manole, Argentina, p.20- 27, 2005.

AVILA, Cristiane Regina Silveira de. **A crise dos anos 80 e a busca da estabilização – As experiências das economias Argentina e brasileira**. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) - Programa de pós graduação em Integração Latino-americana, Área de concentração Economia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2007.

AYERBE, Luís Fernando. A transição para a democracia na Argentina (1984- 1989): um balanço do governo Alfonsín. **Perspectivas**. São Paulo, v.14, p.149-171, 1991.

Banco Central de la República Argentina (BCRA). **Billetes y Monedas**. Disponível em: <<http://www.bcra.gov.ar/index.asp>> Acessado em: 1 nov. 2014.

CANDEAS, Alessandro Warley. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.48, n.1, p. 178-213, 2005.

CANUTO, Otaviano. A crise asiática e seus desdobramentos. **Revista Econômica**, v.2, n.4, p.25-60, 2000.

CARVALHO, Carlos Eduardo. Plano Bonex: Peculiaridade do bloqueio da liquidez na Argentina em 1990. **Revista Novos Estudos**, n.55, p.37-60, 1999.

COGGIOLA, Osvaldo. A Outra guerra do fim do mundo as Malvinas e “redemocratização” da América do Sul. **Revista Aurora**, Marília, v.5, n.2, p. 169-246, 2012.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA (CEPAL), **Anuários Estadísticos**, 1995 a 2002. Disponível em: < <https://www.cepal.org/>>. Acesso em: 30 mar. 2015

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA (CEPAL), **Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas**. Disponível em: <http://interwp.cepal.org/cepalstat/Perfil_Nacional_Economico.html?pais=ARG&idioma=spanish>. Acesso em: 9 nov. 2015.

CUELLO, Raul. As dificuldades do Plano Austral: Inflação retorna. **Revista Âmbito Financeiro**, Buenos Aires, p. 153-156, 1987.

CUNHA, André Moreira; FERRARI, Andrés. A Argentina em dois tempos: da conversibilidade à reestruturação da dívida. **Revista economia contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 269-298, 2006.

DAMILL, Mario. O Sistema Financeiro Argentino: Após o Austral. Buenos Aires, **Revista de Economia Política**, v.7, n.3, p.66-80, 1987.

FABRIS, Marcelo David. O episcopado argentino e o sindicalismo em tempos de crise econômica e retorno da democracia (1983-1989). **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.14,p. 27-55, 2014.

FERRER, Aldo; **A Economia Argentina: de suas origens ao início século XXI**. Buenos Aires, 2004.

FILOMENO, Felipe Amin; A crise Baring e a crise do Encilhamento nos quadros da economia-mundo capitalista. **Economia e Sociedade**. Campinas, v.19, n. 3, p. 135-171, 2010.

FONSECA, João José Saraiva, da. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza:UEC, 2002.

FOGAÇA, Marlon de Souza; **A formação industrial da Argentina e do Brasil: Uma Análise comparativa entre 1850 e 1870**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Econômicas) – Faculdade de ciências econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2010.

FRENKEL, Roberto; FANELLI, José Maria. O Plano Austral. **Revista de Economia Política**, v. 7, n. 2, p. 5-40, 1987.

GARCÍA, María Lorena Allende. **Reforma do Estado e privatizações na Argentina dos Anos 1990: o caso do setor de Telecomunicações**. Dissertação (Mestre em Economia , ênfase em economia do Desenvolvimento) Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de ciências econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, v.4, 2007.

GOMES, Fabricio Augusto Souza. **O Peronismo e seus múltiplos significados: Movimento político ou fenômeno social?** Artigo (Especialização em História Contemporânea) - Universidade Federal Fluminense (UFF) Niterói, 2010.

HIMELFARB, Célia. Conversibilidade e estabilização na Argentina. **Indicadores Econômicos FEE** v.22, n.1, 1994. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewArticle/787>>. Acessado em: 24 nov. 2014.

JONES, Charles I. **Introdução à teoria do crescimento econômico**. Stanford University,

1997.

LENZ, Maria Heloísa; **A Evolução dos Bancos Argentinos no Último Quartel do Século XIX: a Influência dos Bancos Estrangeiros e a Crise dos Anos Noventa..** In: IV Congresso Brasileiro de História Econômica e 5 Conferência Internacional de História de Empresas, 2001, São Paulo. Anais do IV Congresso Brasileiro de História Econômica., 2001.

LENZ, Maria. Heloísa. **A Economia Argentina: da Belle Époque a Primeira Guerra Mundial.** In: III Congresso Brasileiro de História Econômica, 1999, Curitiba -PR. Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica, 1999.

LENZ, Maria Heloísa. **Crise e negociações externas na Argentina no final do século XIX: o início da insustentabilidade do modelo aberto.** Economia e Sociedade, Campinas, v.15, n.2, p.375-399, 2006.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia Internacional e comércio exterior.** São Paulo, 2010.

MINISTERIO DE ECONOMÍA Y FINANZAS PÚBLICAS (MECON) , Estadística de Deuda. Disponível em: < http://www.mecon.gob.ar/finanzas/sfinan/?page_id=37>. Acesso em:22 abr. 2015.

MEDEIROS Jr, Cláudio Devit. **Argentina: De Carlos Menem a Nestor Kirchner e as possíveis causas da crise Argentina de 2001 e sua posterior recuperação.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Econômicas) – Faculdade de ciências econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2010.

NEUTZLING Jr, João. Argentina: crise e ressurreição. **Análise**, Porto Alegre, v.19, n.1, p. 4-27, 2008.

PALERMO, Vicente. Populismo Temperado: Uma Interpretação Política do Plano de Convertibilidade Argentino de 1991. **Revista Dados**, v. 40, n. 1, Rio de Janeiro, 1997.

PEREIRA, André Rodrigues; **Indexação da moeda e “currency Borad”:** um estudo dos casos brasileiro e argentino. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Economia)- Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC RIO), Rio de Janeiro, 2013.

PINTO, Bruno José Marques; VILELA, Thaís Machado de Matos; LIMA, Ursula Silveira Monteiro de. A crise Financeira Russa. Disponível em: <<https://appreciativeinquiry.case.edu/uploads/PaperRussia.pdf>>. Acessado em: 30 abr. 2015.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti .O peronismo sem Perón (1995-1960). ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

ROZENWURCEL, Guilherme. **Inflação Zero- Brasil , Argentina e Israel/** Persio Arida. Rio de Janeiro, 1986.

SANTOS, José Aldoril dos. **Industrialização e modelo de substituição de importações no Brasil e na Argentina:** uma análise comparada. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Econômicas) – Centro sócio- econômico, Universidade Federal de Santa

Catarina (UFSC), Florianópolis, 2004.

SAUERBRONN, Christiane Ragel; O conselho argentino para as relações internacionais (CARI) nos anos 1990 e a virada neoliberal **Argentina**. **Revista de Sociologia e Política**, v. 17, n. 33, p. 69-84, 2009.

SOARES, Marcos Giacomelli. **O processo de desindustrialização argentino**: de 1976 a 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Econômicas) – Faculdade de ciências econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011.

SOUZA, Luiz Eduardo Simões de. Política na Argentina, 1989-2001: A questão do investimento líquido. São Paulo, 2006. Disponível em: < <https://academia.edu/> > Acessado em: 1 abr. 2015

SOUZA, Luiz Eduardo Simões de. **A Arquitetura de uma crise**: História e Política na Argentina, 1989-2002. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2007.

SOUZA, Luiz Eduardo Simões de. **Alicerçando o Subdesenvolvimento**: História e Política Econômica na Argentina, 1943 - 1983. In: XIX Encontro Regional de História da ANPUH - SP - Poder, Exclusão e Violência, 2008, São Paulo. XIX Encontro Regional de História da ANPUH - SP - Poder, Exclusão e Violência, 2008. v. 1.

TELLA, Torcuato S. di. **História social da Argentina contemporânea**. Brasília, 2011.

VALLE-FLOR, Maria Amélia. **A Crise Argentina**: Cooperação e conflito nas reformas econômicas: o Governo perante o FMI. Lisboa, CESA, 2005;

VIDIGAL, Carlos Eduardo. **Relação Brasil- Argentina**: A construção do entendimento (1962-1986). Tese (Doutor em Relações Internacionais)- Programa de pós-graduação em Relações Internacionais. Instituto de relações internacionais Universidade de Brasília(UNB), Brasília 2007.